Sumário

Agradecimentos 15
Nota da autora 17
Prefácio 19
Apresentação 23
Introdução 27

Capítulo 1
PREMISSAS METODOLÓGICAS 31
1. Noções fundamentais: enunciado, norma e fontes do direito 31
1.1. Enunciado, texto e norma 31
1.2. Enunciados textuais abertos: cláusula geral e conceito jurídico indeterminado 37
1.2.1. A construção dos enunciados normativos abertos: diferenças e semelhanças 37
1.2.2. A reconstrução interpretativa dos enunciados normativos abertos. O papel do juiz 39
1.2.3. Técnica legislativa (não-casuística) e aplicação por concreção 41
1.2.4. O conceito jurídico indeterminado. A natureza e o alcance da sua "indeterminação" 44
1.2.5. Os conceitos jurídicos indeterminados e as cláusulas gerais em sua interação. Concretização e desenvolvimento judicial do direito 48
1.3. Fontes do direito 50
1.4. Espécies normativas 57
1.4.1. Esclarecimento prévio 57
1.4.2. Critérios distintivos entre princípios e regras 58
1.4.2.1. Forma de prescrição de comportamento 58
1.4.2.2. Fundamentação necessária para a sua aplicação 60
1.4.2.3. Modo de contribuição para decisão 62
1.4.2.4. Solução do conflito normativo 64
1.4.3. Distinção adotada. Espécies distintas e articuladas (interativas) 69
1.4.4. Postulados 71
2. Interpretação 74
2.1. Interpretação e o seu objeto 74
2.2. Interpretação de texto normativo 75
2.3. Teorias da interpretação 77
2.4. Interpretação como descrição, decisão e criação 79
3. Espécies normativas constitucionais e sua interpretação 88
3.1. A norma constitucional e suas peculiaridades 88
3.2. Norma constitucional organizatória 89
3.3. Normas de interpretação constitucional 90
3.3.1. Considerações gerais 90

3.3.2. Unidade da constituição 92
3.3.3. Concordância prática (máxima eficácia, força normativa da constituição e efeito integrador) 96
3.3.4. Conformidade funcional 98
3.3.5. Interpretação conforme a constituição 99
3.4. Interpretação evolutiva e principiológica 100
4. Considerações finais: a função dessas premissas metodológicas para a tese 103

Capítulo 2
PROCESSO E PROCEDIMENTO 105
1. Os atos complexos de formação sucessiva. Procedimentos 105
1.1. Noção introdutória 105
1.2. Principais posicionamentos doutrinários 106
1.2.1. Posicionamento de Marcos Bernardes de Mello 106
1.2.2. Posicionamento de Giovanni Conso – e outros 107
1.2.3. Posicionamento de Egon Bockmann Moreira – e outros 109
1.2.4. Posicionamento de Francesco Carnelutti 110
1.2.5. Posicionamento de Paula Costa e Silva 112
1.2.6. Posicionamento de Scarance Fernandes 113
1.2.7. Posicionamento de Fazzalari 114
1.3. Posicionamento adotado 115
2. Situação jurídica, Relação jurídica e processo 117
2.1. Situação jurídica processual e suas acepções 117
2.2. Espécies de situações jurídicas processuais: relacionais e não-relacionais 118
2.3. Processo como situação jurídica relacional. A doutrina de Oskar Büllow 122
2.4. Processo como situação jurídica (direito material transformado). A doutrina de James Goldschimdt 125
2.5. O processo e as situações jurídicas. Diferentes visões doutrinárias 127
2.6. O processo como ato (procedimental) potencialmente eficaz. O papel das situações jurídicas processuais 131
3. Processo como instrumento de produção de norma e decisão 134
4. Processo e procedimento: procedimentos processualizados 138
4.1. Procedimentalização das funções estatais. Uma análise histórica e crítica 138
4.2. Processualização dos procedimentos de exercício das funções estatais 142
4.3. Distinção doutrinária de processo e procedimento 146
4.3.1. Critério da complexidade (ou totalidade). Dissociação fático-eficacial 146
4.3.2. Critério do objeto 148
4.3.3. Critério teleológico (ou formal) 149
4.3.4. Critério da estrutura dialética 155
5. Correlação e identificação necessária entre processo e procedimento 160

Capítulo 3
NORMA DE PROCESSO E NORMA DE PROCEDIMENTO 163
1. Processo e direito material 163
2. Relação entre processo e direito material 164
3. Direito material como objeto de decisão 167
4. Norma material e norma processual 169

4.1. Distinção no âmbito dos processos estatais em geral 169
4.2. Distinção no âmbito dos processos jurisdicionais. Uma revisão de paradigma 172
4.3. O Direito processual e a norma processual jurisdicional estaticamente considerada 174
5. Institutos considerados "bifrontes". Natureza das normas de regência 175
5.1. Esclarecimentos iniciais 175
5.2. Normas sobre responsabilidade patrimonial 177
5.3. Normas sobre hipoteca 181
5.4. Normas sobre fraude contra credores 185
5.5. Normas sobre prova 186
5.5.1. Nota introdutória 186
5.5.2. Corrente materialista. Posicionamento adotado 186
5.5.3. Corrente processualista. Uma análise crítica 191
5.5.4. Algumas teorias mistas. Uma análise ainda crítica 193
5.5.5. Colocações finais 196
5.6. Normas sobre legitimidade *ad causam* e outras condições da ação 197
5.6.1. Considerações gerais sobre a ação e o seu condicionamento 197
5.6.2. Interesse de agir 201
5.6.3. Legitimidade *ad causam* 206
5.6.4. Natureza das normas sobre as condições da ação 208
5.6.4.1. Corrente processualista 208
5.6.4.2. Teoria da asserção 209
5.6.4.3. Corrente materialista 212
5.6.4.4. Visão adotada 216
6. Análise da doutrina que distingue norma de processo e de procedimento 217
6.1. A norma processual e sua classificação 217
6.2. Critério da dissociação fático-eficacial 221
6.3. Critério finalístico (ou formal) 223
6.4. Critério da estrutura dialética 230
6.5. Critério da admissibilidade da demanda e da conformidade com as normas fundamentais 232
6.6. Critério eclético 234
7. Norma de processo como norma de procedimento (e vice-versa) 242
8. Nota conclusiva 245

CAPÍTULO 4

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA NO DIREITO BRASILEIRO 249

1. Noções gerais sobre a competência 249
1.1. Competência na Teoria Geral do Direito 249
1.2. Princípio da prescrição normativa (tipicidade e disponibilidade) 251
1.3. Competência escrita e não escrita (explícita e implícita) 252
1.4. Competência concorrente e exclusiva 255
1.5. Competência administrativa, legislativa e jurisdicional 256
1.6. Competência adequada 256
2. Técnicas de repartição da competência legislativa 262
2.1. Federalismo e repartição de competências 262
2.1.1. O Estado e suas formas (unitária e composta) 262
2.1.2. Estado Federal e sua caracterização 265

2.1.3. Alguns tipos de federalismo 270
2.1.4. Sistemas de repartição de competências federativas (horizontal e vertical) 272
2.2. Sistema brasileiro. Visão crítica 277
2.2.1. Federalismo brasileiro 277
2.2.2. A autonomia limitada dos entes federativos 282
2.2.3. A repartição de competências legislativas na CF/1988 283
2.2.3.1. Sistema misto e da predominância do interesse 283
2.2.3.2. Quadro geral de competências legislativas explícitas e implícitas 286
2.2.3.3. Entre o propósito descentralizador e a tradição centralizadora 290
3. Competência legislativa privativa da União e concorrente da União e dos Estados (e Distrito Federal) na CF/1988 292
3.1. Competência legislativa privativa da União 292
3.2. Competência legislativa concorrente 298
3.3. Identificação de normas gerais e suplementares 303
3.3.1. Colocação do problema 303
3.3.2. Propostas de solução. Critérios de distinção das normas gerais e suplementares 305
3.3.2.1. Critério genético e material 305
3.3.2.2. Critério da extensão subjetiva e/ou objetiva 306
3.3.2.3. Critério da profundidade 312
3.3.2.4. Critério de excepcionalidade (ou subsidiariedade) 313
3.3.2.5. Critério lógico e teleológico. A dimensão do interesse a ser atendido 313
3.3.3. Critério adotado (eclético) 315
3.3.4. Opção terminológica 318
3.4. Competência supletiva dos Estados e Distrito Federal 320
3.5. Conflito aparente de competências legislativas (privativa e concorrente) 323

CAPÍTULO 5
NORMA PROCESSUAL E NORMA PROCEDIMENTAL E A REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA NO DIREITO BRASILEIRO 329

1. Evolução histórica da competência legislativa em matéria processual nas constituições brasileiras 329
1.1. Da colônia ao império. Um Estado unitário 329
1.2. O advento da República e o modelo federativo. A atribuição de competência legislativa sobre "direito processual" para os Estados-membros 332
1.3. O retorno à centralização legislativa. A competência legislativa da União sobre o "direito processual" 338
2. Competência legislativa em matéria processual na CF/1988. Arts. 22, I, e 24, X e XI, CF 340
2.1. Competência para legislar sobre o "processo" nos juizados. Art. 24, X, CF 340
2.2. Competência para legislar sobre "direito processual" e "procedimento em matéria processual". Coincidência das matérias. Art. 22, I, e 24, XI, CF 349

2.2.1. Observação inicial 349
2.2.2. Competência para legislar sobre "direito processual" jurisdicional e administrativo..... 350
2.2.3. Competência para legislar sobre "direito processual" jurisdicional dos juizados. A identidade com os procedimentos em matéria processual..... 352
2.2.4. Conflito aparente de competência legislativa privativa da União e competência legislativa concorrente da União, Estados e DF. Visão conciliadora e principiológica..... 354
2.2.5. Adequada repartição do poder entre entes federados 361
3. Competência legislativa da União e normas processuais. Questões gerais..... 363
3.1. Normas gerais de processo – em seu objeto, sujeitos e fins..... 363
3.2. Regras e princípios gerais de processo. Orientação ou detalhamento..... 364
3.3. Indeterminação e abertura conceitual. Consideração casuística com amplitude objetiva. 366
4. Competência legislativa dos Estados e Distrito Federal e normas processuais suplementares 371
4.1. Normas suplementares de processo – em seu objeto, sujeitos e fins..... 371
4.2. Ainda com abertura e indeterminação. Consideração casuística com amplitude objetiva..... 371
4.3. Comentários a algumas iniciativas legislativas estaduais 378
5. Competência legislativa dos Estados e Distrito Federal e normas processuais supletivas 384
6. Consideração conclusiva 395

Capítulo 6

PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 397

1. Noção introdutória..... 397
2. Papel da fundamentação da decisão na construção de precedentes 399
2.1. O precedente (norma geral judicial) e seus efeitos. 399
2.2. Dever geral de fundamentação da decisão e outros correlatos..... 401
2.3. Função extraprocessual normativa e concretizadora da fundamentação. Cognoscibilidade e calculabilidade como garantias de segurança jurídica..... 409
3. Fundamentação das decisões do Supremo Tribunal Federal e seus precedentes sobre a repartição da competência legislativa em matéria de processo e procedimento..... 413
3.1. Noção geral 413
3.2. Admissibilidade de atos postulatórios..... 414
3.2.1. Critério de fixação do valor da causa..... 414
3.2.2. Legitimidade 416
3.2.3. Competência 418
3.3. Forma de protocolo e distribuição..... 424
3.4. Forma de comunicação de atos processuais..... 425
3.5. Forma de produção de prova 426
3.5.1. Interrogatório por videoconferência 426
3.5.2. Dia, hora e local de oitiva de delegado de polícia 430
3.6. Forma de julgamento..... 433

3.7. Efeitos da decisão e recursos 435
3.8. Prioridade no trâmite procedimental 437
3.9. Procedimento de homologação judicial de acordo de alimentos 440
3.10. Competência e prerrogativas do juiz de paz 443
3.11. Sistema de gerenciamento de depósitos judiciais 446
3.12. Processamento de crimes de responsabilidade 447
3.13. Organização e composição de órgão jurisdicional. 450
4. Colocação final 452

Conclusão 455

Referências 459